

Dívida externa: uma abertura para negociações (1)

25 NOV 1985

Guido Hanselmann (*)

Diversos acontecimentos nos últimos tempos fizeram reviver as discussões em torno do endividamento internacional: a conferência em Havana — mais um espetáculo político do que uma conferência séria; o pronunciamento de posse do presidente do Peru, Alan García, que parecia seguir o mesmo rumo, mas, surpreendentemente, adotou depois uma política econômica quase nos moldes do FMI; a sucessão na cúpula econômica no Brasil por uma equipe que se comprometeu com um maior crescimento econômico do País; a mudança de governo na Nigéria; e, finalmente, pronunciamentos do Ministério da Fazenda do México (anteriores à catástrofe dos terremotos) referentes à possível necessidade de dinheiro novo. Estas e outras ocorrências recentes exigem uma tomada de posição. Podem ser deixados de lado os problemas da África do Sul, já

GAZETA MERCANTIL

que suas origens são outras.

Um balanço intermediário dos problemas do endividamento internacional, levantado há um ano, provou que uma eficaz administração da crise pode evitar o desmoronamento do sistema econômico mundial e assegurar a manutenção das relações com os países em crise. O futuro então parecia permitir uma consolidação continuada e uma melhora da situação.

Hoje podemos constatar que novos progressos puderam ser feitos. Muitos dos países do Terceiro Mundo, entre eles também os grandes devedores latino-americanos Brasil e México, encontram-se hoje em situação econômica melhor do que um ano atrás. Além de grandes esforços próprios, foram principalmente o desenvolvimento conjuntural favorável dos Estados Unidos e o recuo da taxa de juros do dólar que contribuíram para que baixasse o índice do serviço de juros e para que as dívidas

externas tenham crescido em proporções relativamente modestas. Além disso — e de importância mais relevante para a maioria dos países —, a economia interna reaqueceu-se mais rapidamente. O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil teve, no primeiro semestre de 1985, um crescimento real de pelo menos 5%, e aquele do México até um pouco mais. Estas são taxas compatíveis tanto com aquelas dos países industrializados quanto com as do crescimento demográfico. Com isso, as tensões sociais mantiveram-se aquém do limite que poderia ter abalado a estrutura do país. No entretanto, porém, a desaceleração do crescimento econômico dos Estados Unidos diminuiu um pouco estas esperanças de uma melhora rápida e duradoura.

E compreensível que políticos latino-americanos se queixem dos sacrifícios que ultimamente têm sido impostos aos seus países no tocante ao nível de vida e

exijam uma redução do serviço da dívida. Mas, considerando-se especialmente os países liminares da América Latina e da Ásia, que durante vários anos apresentaram taxas de crescimento excepcionais — e isso numa época em que os países industrializados já haviam começado a apertar o cinto —, tal remédio se tornou inevitável. Muitos reconhecem isso. A par dos discursos políticos existe geralmente a disposição para uma política econômica realista. E óbvio que é desejo geral que todos os países retornem à prosperidade o quanto antes. Entretanto, as concessões feitas pelos credores devem ser correspondidas por esforços dos devedores. Felizmente, também neste aspecto se registram progressos.

E notável o efeito positivo que vem resultando da reforma econômica e monetária na Argentina, de 14 de junho de 1985. A promessa de uma política financeira disciplinada e a declaração de combate à inflação

feita pelo governo criaram um clima de confiança — uma boa base para a recuperação econômica interna e externa. Independentemente de influências do FMI, também os governos da Bolívia e do Peru se comprometeram com uma política econômica que permite esperar uma melhora da situação econômica. Os responsáveis pela política econômica desses países reconheceram que a volta para a ortodoxia financeira, a decisão de conter os gastos governamentais e de manter uma política cambial realista trarão seus frutos, seja com ou sem programa do FMI. Trazem um crescimento sem inflação e formam a base para entendimentos com os credores públicos e privados, em especial também com os bancos internacionais, sobre uma reestruturação mais adequada da dívida externa a prazos mais longos.

(*) Diretor geral da União de Bancos Suíços, Zurique